

MESA 40 | La urbanización latinoamericana en el capitalismo actual
I CONGRESO LATINOAMERICANO DE TEORÍA SOCIAL
¿Por qué la teoría social? Las posibilidades críticas de los abordajes clásicos,
contemporáneos y emergentes
19 al 21 de agosto de 2015 - Buenos Aires, Argentina

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS TRANSFORMAÇÕES
URBANAS EM GRANDES CIDADES:
Relato de um experimento empírico e reflexões para um
debate teórico-metodológico.**

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ

Coordenador Nacional do INCT Observatório das Metrôpoles

lcqueiroz@gmail.com

I. Introdução

A finalidade desta comunicação é dupla. De um lado, apresentar a experiência de uma pesquisa nacional comparativa a respeito das transformações urbanas ocorridas no período de 1980-2010 em 14 metrópoles brasileiras¹, levada a efeito pelo Observatório das Metrópoles². Trata-se de um trabalho coletivo envolvendo cerca de 200 pesquisadores integrantes dos Núcleos do Observatório existentes nessas metrópoles, que propõem a síntese do programa quinquenal de pesquisa (2008-2015) intitulado “Metrópolis: coesão social, território e governança democrática”. Este relato não será orientado pela apresentação dos resultados alcançados nesse esforço coletivo e sistemático, mas pelos aspectos teórico-metodológicos que fundamentaram a nossa intenção em realizar leituras monográficas sobre as transformações urbanas que capturassem as particularidades locais de cada metrópole, mas que, ao mesmo tempo, permitissem reflexões comparativas de caráter nacional.

De outro lado, a presente comunicação também pretende propor alguns temas de reflexão sobre a importância e os desafios do método comparativo nos estudos urbanos como prática de pesquisa que nos permita enfrentar criticamente o atual debate internacional sobre a teoria urbana. Nesse aspecto, retornamos às discussões iniciadas com a criação da *Rede Latino Americana de Teoria Urbana*³ em 2011, cuja intenção central é abrir caminhos para a construção de marcos teóricos – e epistemológicos – que incentivem a retomada no mundo acadêmico de um pensamento urbano latino-americano crítico e com capacidade de capturar a nossa historicidade. Se nos anos 1960 e 1970 pudemos constituir, com efeito, um modo de pensar próprio da nossa realidade urbana alimentada pelo debate em torno da sociologia do desenvolvimento e das “teorias de dependência⁴”, a partir dos anos 1990 ele foi dissolvido em razão da hegemonia do globalismo intelectual imperante no continente na era do consenso neoliberal e pelo poder de hegemonia cultural do mundo acadêmico euro-americano com as suas revistas

¹ Rio de Janeiro, Vitória, São Paulo, Baixada Santista, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Brasília Belém e as aglomerações urbanas de Maringá e Natal. Maiores informações podem ser obtidas no site <http://transformacoes.observatoriodasmetrosoles.net/>.

² Referências sobre o Observatório das Metrópoles podem ser obtidas no *website* <www.observatoriodasmetrosoles.net>.

³ Os resultados desse encontro resultaram na publicação do livro “Teorías sobre la Ciudad en América Latina” reunindo o conjunto dos 18 trabalhos apresentados, organizado por Blanca Rebecca Ramírez Vélaquez e Emilio Pradilla e editado pela Universidad Autónoma Metropolitana do México (UNAM).

⁴ São inúmeros os balanços sobre as várias vertentes teóricas sobre a questão da dependência. Em função dos propósitos da presente comunicação, parece-nos desnecessária a sistematização destas vertentes.

científicas ditas “internacionais”. De tal poder decorreu a imposição da literatura sobre o tema *global city* como cidades tão poderosas que seriam capazes de impor à escala mundial de rede urbana capaz de reconstruir as redes nacionais, assim como novas dinâmicas socioterritoriais e novas morfologias urbanas que necessariamente se tornariam mundiais como regra geral, anulando as históricas locais. Mas o globalismo intelectual é também alimentado pela crescente interconexão entre as atividades econômicas e os modelos de governança urbana em cidades diferentes por força dos fluxos globais extensos de vários tipos e das redes de comunicação e informação.

Ao mesmo tempo, o globalismo intelectual como concepção explicativa das transformações urbanas tem sido crescentemente objeto de debate crítico, cujo centro é a postulação da existência de um provincialismo na teoria urbana em circulação no mundo por buscar tornar universais modelos explicativos de transformação urbana formulados a partir da análise de cidades específicas localizadas no mundo euro-americano. Tal fato não é novo na historiografia dos estudos urbanos, se atentarmos para a circulação mundial das teorias da ecologia humana construídas com base nos acontecimentos historicamente datados ocorridos nas cidades de Detroit e Chicago durante a expansão da grande indústria fordista.

Como assinalou Robinson (2011), há hoje no debate internacional tensões teóricas e epistemológicas entre concepções universalistas e pós-colonialistas que têm incentivado vários pesquisadores a adotarem o que foi designado *The Comparative Gesture* nos estudos urbanos como estratégia metodológica que permita capturar as dimensões universais, particulares e mesmo singulares dos processos de transformação das cidades, gerando simultaneamente novas hipóteses. Entretanto, o mesmo autor menciona a existência de um paradoxo a esse respeito. Ou seja, temos simultaneamente um mundo urbano crescentemente marcado por cidades diferenciadas – de fato ou no imaginário acadêmico – e por menor fé na existência de uma teoria urbana universal, mas sobre o qual é ainda relativamente limitada à quantidade de estudos urbanos comparativos.

No mesmo texto, Robinson (2011) propõe a reflexão sobre esse paradoxo, localizando nos próprios impasses teóricos e metodológicos dos estudos comparativos a razão dos poucos incentivos à realização de pesquisa que atendam àquela necessidade e que alimente as reflexões críticas da abordagem internacional pós-colonial da pesquisa urbana.

Na América Latina, observamos recentemente algumas interessantes iniciativas de estudos urbanos comparativos incentivados pela hipótese da emergência de

transformações urbanas geradas pelas mudanças criadas com o fim do modelo de substituição de importação dos anos 1980 (PORTES, 1989) e da emergência das reformas liberais dos anos 1990 (PORTES; ROBERTS, 2005). Esse segundo estudo pode ser considerado mais propriamente como comparativo porque os autores propõem uma leitura das mudanças das cidades latino-americanas durante as últimas décadas do século XX e início do século XXI, tomando por base seis países (Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Uruguai) que, juntos, somam mais de 80% da população de toda América Latina. Porém, toda essa análise comparativa está fundamentada em resultados de pesquisas realizadas de maneira autônoma por equipes de pesquisadores nos seis países mencionados sobre temas como sistema e primazia urbana, desemprego urbano e emprego informal, pobreza e desigualdade, delinquência, vitimização e insegurança urbana, sem, contudo, um arcabouço metodológico comum desenvolvido.

O estudo “Lima-Santiago: reestruturação e transformação metropolitana”, editado em livro de De Mattos, Ludeña e Fuentes (2011), reúne estudos comparativos resultantes de um projeto de pesquisa realizado de maneira colaborativa pelo Centro de Investigación de La Arquitectura y la Ciudad (CIAC), da Universidade Católica do Peru, e o Instituto de Estudios Urbanos e Territoriais, da Pontifícia Universidade Católica do Chile. Trata-se da primeira análise multidisciplinar sobre o sentido e a dinâmica das transformações que as cidades de Lima e de Santiago experimentaram nas últimas décadas nos aspectos geográfico, arquitetônico, econômico, urbanístico e ambiental. Além disso, o estudo comparado joga luz à situação atual e aos problemas decorrentes do processo de globalização vividos pelas duas metrópoles latino-americanas. Com um enfoque mais recortado, pode-se mencionar também o conjunto de pesquisas sobre as transformações urbanas recentes de algumas cidades latino-americanas operadas pelos novos ciclos de negócios imobiliários impulsionados pela globalização, cujos resultados foram publicados em Pereira, Hidalgo e Lencioni (2011) e Pereira, Hidalgo, Lencioni *et al* (2011).

Creio que essas experiências comparativas realizadas no âmbito latino-americano, como também de outras regiões do mundo, trazem ricas e importantes informações, reflexões e análise sobre diferentes cidades ao redor do mundo e sobre os processos de transformações nos contextos urbanos. Mas o exame do material parece comprovar o registro de Robinson (2011) a respeito de como o pouco investimento metodológico que possa fundamentar a adoção de uma estratégia comparativa refletiva limita e enfraquece

essas iniciativas no que ela tem de potencialmente inovadora: colocar em discussão crítica os arcabouços teóricos e fornecer pistas para novas hipóteses⁵.

Portanto, a reflexão sobre os objetivos, possibilidades, modalidades e limites da pesquisa comparativa nos parece fundamental para encontramos caminhos para a formulação de bases de quadro de referências teóricas para a pesquisa urbana na América Latina. Acreditamos que a experiência da pesquisa comparativa realizada pelo Observatório das Metrôpoles, mencionada na abertura da presente introdução, possa nos servir de base para propormos alguns elementos desta reflexão. Estamos conscientes de que o debate sobre a comparação se organiza na escala internacional, tomando casos de cidades pertencentes a países distintos, mas todas submetidas à hipótese de uma causalidade comum de transformação urbana gerada pela globalização. Contudo, considerando, de um lado, a dimensão continental do Brasil e suas fortes diferenças regionais – econômicas, antes de qualquer coisa, mas não apenas –, e de outro lado, o fato de todas estarem submetidas às mesmas dinâmicas de transformação resultantes da mudança do modelo de desenvolvimento, acreditamos estar diante de quadro nacional que coloca desafios metodológicos, senão iguais, similares aos enfrentados nas pesquisas internacionais.

Esta comunicação está estruturada em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, apresentamos de maneira sintética o quadro geral da urbanização brasileira para destacar a importância da nossa particularidade histórica de um país de se urbanizou rapidamente e simultaneamente criou grandes metrôpoles. A nossa intenção é oferecer ao leitor informações que ajudem a compreender os objetivos do programa nacional de pesquisa comparativa do Observatório das Metrôpoles, objeto da segunda parte da comunicação. Em seguida, apresentamos o projeto empírico construído com o intuito de operacionalizar o objetivo de gerar leituras monográficas que capturem as particularidades históricas de cada metrópole e que possam gerar, ao mesmo tempo, um quadro empírico comparativo das transformações urbanas nas metrôpoles. Nessa terceira e última parte destacaremos a escolha teórico-metodológica que preside a atual etapa do projeto na qual se pretende passar dos fundamentos empíricos para a construção de uma

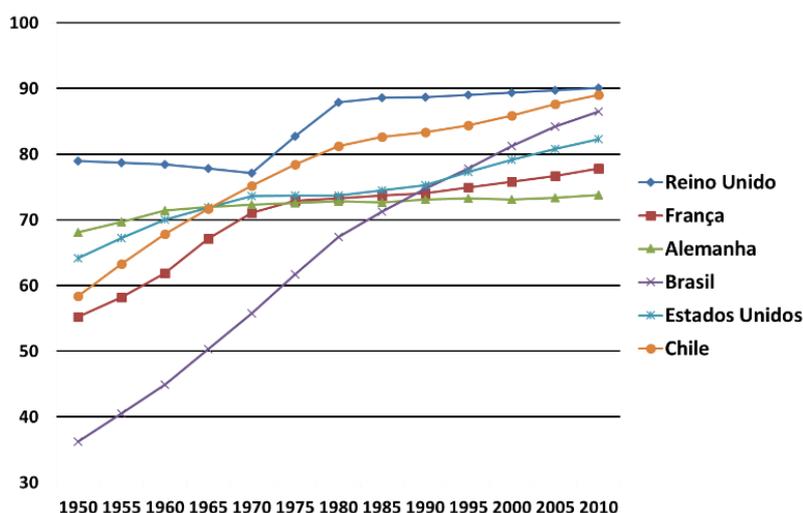
⁵ “As a result, promising edited collections, which take care to juxtapose case studies from different parts of the world, still do so without allowing them to engage either with each other or with more general or theoretical understandings of cities. As John Walton (1990: 255–56) suggests, much more could be achieved with the wealth of international urban scholarship: ‘If we set out in that vehicle, comparing cities along the way, then we must stay on board for the journey’s end of comparing theoretical explanations’ (ROBINSON, 2011, p. 2).

explicação sociológica. Pretendemos suscitar o debate sobre as possibilidades de superar as oposições entre o globalismo intelectual e o empirismo sem modelo teórico. Por último, como conclusão, apresentamos um esboço do que podemos considerar como a bases do conceito de ordem urbana com qual pretendemos interpretar a relação entre a dinâmica de organização social do território das metrópoles e a reprodução das desigualdades sociais e das relações sociais.

II. Urbanização-metropolização brasileira

O Observatório das Metrôpoles é um grupo que funciona em rede, reunindo instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não governamental. A equipe constituída no Observatório vem trabalhando desde 1996 na forma de uma pesquisa em rede, envolvendo cerca de 100 pesquisadores sobre a dimensão metropolitana da urbanização brasileira. Tal enfoque decorre da compreensão de que o Brasil não é apenas um país urbano, no qual cerca de 90% da população moram em cidades, fruto de uma explosão demográfica ocorrida a partir dos anos 1950 – como mostra o Gráfico 1 – gerada pela massiva migração do campo para a cidade.

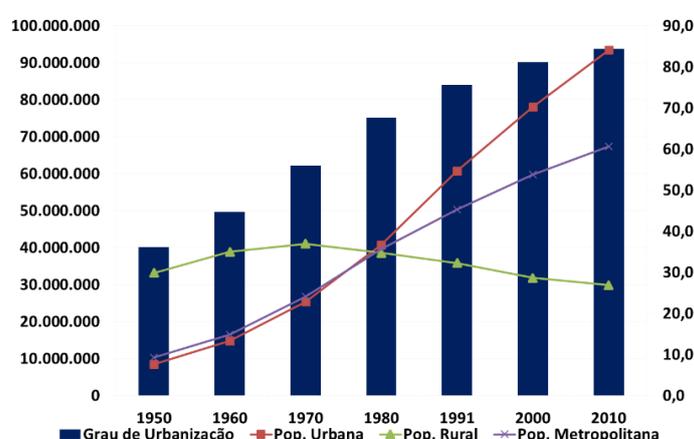
Gráfico 1
Evolução do Grau de Urbanização do Brasil e Países Selecionados



Fonte: World Urbanization Prospects: The 2007 Revision Population Database - United Nations - Population Division <http://esa.un.org/unup/index.asp?panel=2>

Além do acelerado processo de concentração da população em cidades, a nossa urbanização foi acompanhada da formação de grandes aglomerados urbanos com escala e função de metrópole, como evidencia o Gráfico 2.

Gráfico 2
Grau de Urbanização (%) e Evolução da População no Brasil – Urbana, Rural e Metropolitana (números absolutos)



Fonte: FIBGE. Tabulação Observatório das Metrôpoles.

A simultaneidade dos processos de urbanização e de metropolização gerou uma urbanização paradoxal (FARIA, 1991) expressa no fato da existência de uma rede urbana com um grande número de pequenas cidades e um pequeno número de grandes metrôpoles. Hoje, existem na rede urbana brasileira 15 aglomerados urbanos com as funções metropolitanas⁶ correspondentes à nova relação entre economia e território, isto é, concentrando as atividades de comando, direção e coordenação, funções econômicas próprias das metrôpoles que tem papel relevante na “econômica em rede” (VELTZ, 1996) emergente com a globalização e a reestruturação produtiva.

⁶ Consultar, a esse respeito, o relatório de pesquisa “Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização”, do Observatório das Metrôpoles, publicado em 2012. Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopes.net/download/relatorio_integracao.pdf>. Ver também: MOURA, Rosa; DELGADO, Paulo Roberto; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz *et al* (orgs). **Integração dos municípios brasileiros à dinâmica de metropolização**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_abook&view=book&catid=1%3AAlivros&id=141%3AIntegracao-dos-municipios-brasileiros-a-dinamica-de-metropolizacao&Itemid=123&lang=pt>.

Mapa 1 As Metrôpoles da Rede Urbana



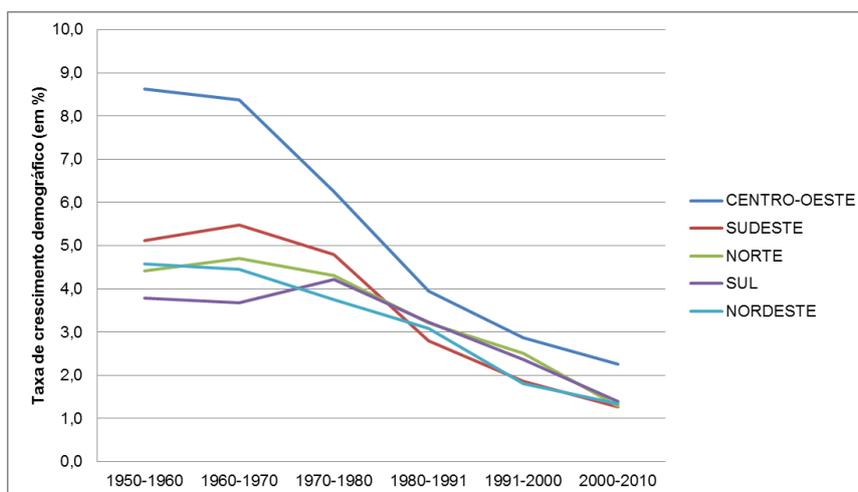
Fonte: Observatório das Metrôpoles

Duas realidades emergentes marcam também esse fenômeno da urbanização-metropolização: os claros sinais da constituição de uma cidade-região em torno da metrópole de São Paulo, que atualmente já reúne cerca de 25 milhões de habitantes brasileiros, denominada “macrometrópole paulista”⁷, e a possível constituição de uma megalópole reunindo as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo (TOLOSA, 2002; URANI, 2007).

De maneira geral, observamos uma tendência à queda das taxas de crescimento demográfico nas metrópoles acompanhando a queda geral do país. Mas o Gráfico 3 indica, porém, que tal redução implica em dinâmicas diferenciadas entre as metrópoles segundo a sua localização nas grandes regiões brasileiras.

⁷ Ver: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/Indicadores/bragantina.asp>>.

Gráfico 3
Evolução do Crescimento da População Metropolitana, por Grandes Regiões do País – Taxas Anuais



Fonte: FBGE - Tabulação Observatório das Metrôpoles.

É importante sinalizar que a diversidade de sentido econômico do processo de metropolização do país expressa as distintas dinâmicas produtivas regionais do país⁸.

III. O Programa de Pesquisa – 2008/2015

O programa quinquenal que estamos concluindo neste momento tem como título “Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática”, implicando na realização de uma Pesquisa em Rede focada nas transformações urbanas das metrôpoles das regiões Sudeste (Rio de Janeiro, Vitória, São Paulo, Santos e Belo Horizonte) –, Sul (Curitiba e Porto Alegre), Nordeste (Salvador, Recife e Fortaleza), Centro-Oeste (Brasília e Goiânia), Norte (Belém), além dos importantes aglomerados urbanos de Natal e Maringá. O título desse Programa expressa a nossa compreensão a respeito dos impasses

⁸ Ver Ribeiro e Ribeiro (2010).

presentes na realidade urbano-metropolitana brasileira diante dos desafios do desenvolvimento nacional e das novas relações entre economia, sociedade e território advindas das transformações do capitalismo emergidas a partir da segunda metade dos anos 1970. Com efeito, o destino das metrópoles está no centro dos dilemas das sociedades contemporâneas. Por um lado, o conjunto das 15 metrópoles concentram as forças produtivas do país – 64% da capacidade tecnológica nacional, por outro são também territórios marcados por dinâmicas de fragmentação social e política, sobre os quais prevalecem frágil ação de governabilidade. Tal fato é contraditório com o que vem evidenciando a literatura internacional sobre o papel das metrópoles na fixação territorial dos fluxos econômicos crescentemente globalizados. Estudos mostram que as metrópoles onde prevalecem menores índices de dualização e de polarização do tecido social são as que têm levado vantagens na competição pela atração dos fluxos econômicos, ou seja, as que recusaram a lógica da competição buscando oferecer apenas governos locais empreendedores e as virtudes da mercantilização da cidade (VELTZ, 1996; 2002).

Com base em tal compreensão, o programa de pesquisa foi estruturado em três linhas de pesquisas, cada uma delas materializada em um conjunto de projetos desenvolvidos pelos núcleos do Observatório. São estas: Linha I - Metropolização, dinâmicas intermetropolitanas e o território nacional; Linha II - Dimensão socioespacial da exclusão/Integração nas metrópoles: estudos comparativos; e Linha III - Governança urbana, cidadania e gestão das metrópoles.

A primeira linha tem como finalidade compreender as dinâmicas de constituição dos espaços metropolitanos, seu poder de articulação e polarização do território nacional, além dos novos arranjos espaciais e suas conexões com as transformações de suas bases produtivas. Tais objetivos nos pareciam fundamentais tendo em vista a importância estratégica das grandes cidades para a construção de alternativas de desenvolvimento econômico capazes de assegurar a coesão nacional.

A segunda linha “Dimensão socioespacial da exclusão/integração nas metrópoles” reuniu uma série de projetos de pesquisa focados no conhecimento sistemático das dinâmicas internas de organização social do território das metrópoles. A hipótese inicial dessa linha é que os processos de segregação residencial têm enorme importância na compreensão dos mecanismos societários de exclusão e integração através de seus efeitos sobre os mecanismos de produção/reprodução de desigualdades sociais e das relações sociais entre as classes sociais. A análise do primeiro mecanismo fundou-se na teoria da causação circular e cumulativa de G. Myrdal (1968). No que concerne aos termos

exclusão e integração, a base das análises é o conceito de modos de integração econômica formulado por Polanyi (2000) e utilizado por Harvey (1973) em seu pioneiro estudo sobre a cidade e a justiça social e, mais recentemente, por Mingione (1991). Partimos da identificação das três esferas de relações sociais que determinam os recursos acessíveis no plano do bairro e do domicílio. Esses recursos são essenciais nos processos de integração e exclusão, na medida em que são necessários para a plena participação na sociedade.

A terceira linha “Governança urbana, cidadania e gestão das metrópoles” foi dedicada ao estudo das condições que constroem a transformação das metrópoles em um território político, no qual prevaleçam padrões de intervenção pública em matéria de provisão de serviços coletivos e de regulação pública que expressem a mediação entre interesses particulares e o interesse geral. Essa linha se materializou em projetos organizados nas seguintes sublinhas: “Cultura política, cidadania e segregação residencial” e “Arranjos institucionais de gestão metropolitana”. A primeira sublinha explorou a relação existente entre os processos de segregação residencial e a emergência de uma cultura cívica e política favorável à afirmação da cidadania. A questão central está relacionada à reflexão sobre a relação entre, de um lado, o ambiente social e cultural da metrópole e as relações de sociabilidade nela vigentes e, de outro, as condições institucionais, políticas e intersubjetivas que favoreçam o desenvolvimento de um comportamento baseado na consciência de direitos de cidadania.

IV. O Projeto Comparativo: modelo empírico

Publicamos ao longo dos cinco um pouco 55 livros e relatórios⁹, apresentando os resultados dos vários projetos de pesquisa realizados nas três linhas de pesquisas. Nos dois últimos anos, centramos-nos no objetivo de efetivar os propósitos de transformar o manancial de informações e análises em uma síntese comparativa. Para tanto, buscamos construir preliminarmente uma estratégia teórico-metodológica que passamos a narrar a partir deste ponto da presente comunicação. Tal estratégia se materializou na escolha da Linha II como foco da nossa análise comparativa, isto é, na construção de uma problemática de pesquisa comum e na construção de um modelo empírico compartilhado

⁹ Todos os livros estão disponibilizados gratuitamente para download no website do Observatório das Metrópoles: <<http://observatoriodasmetrolopes.net>>.

pelos Núcleos do Observatório. Passamos agora a expor de maneira resumida cada um desses eixos da nossa estratégia teórico-metodológica.

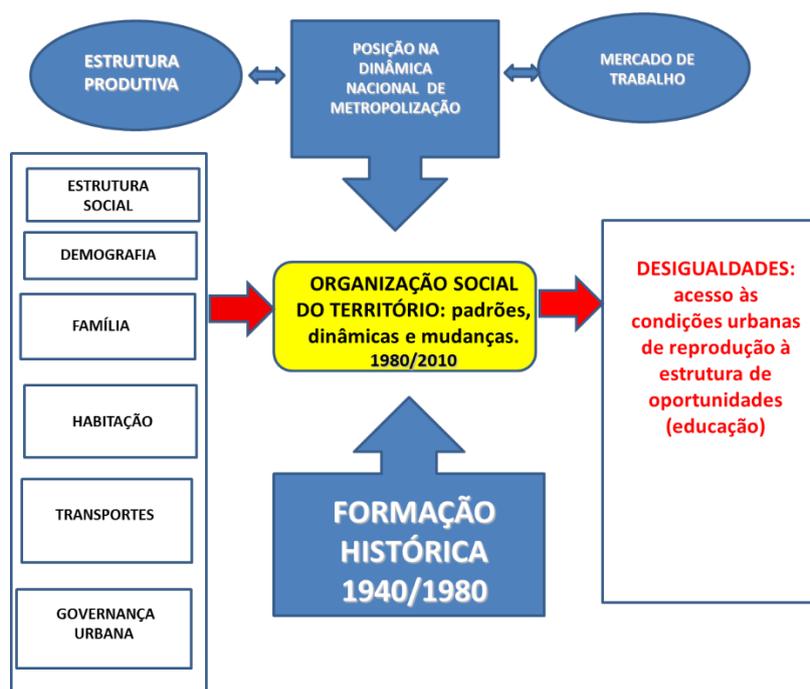
Como apresentado anteriormente, o conjunto do Programa de Pesquisa se fundamentou em pensar a metrópole sob três óticas distintas com as quais podemos entender a dinâmica territorial: economia-território; sociedade- território e política-território. Optamos em tornar a segunda ótica o foco da nossa análise comparativa, portanto a variável dependente a ser explicada, que assumiu o nome de “organização social do território”. Tal escolha foi orientada axiologicamente e por razões relacionadas à própria experiência do Observatório. Por um lado, o fato de considerarmos as desigualdades sociais tema fundamental nas agendas acadêmica e política do momento em que o Programa de Pesquisa do Observatório foi elaborado.

A nossa estratégia teórico-metodológica foi a construção de um modelo empírico de análise compartilhado ser aplicado por todas as 15 equipes em seus respectivos estudos monográficos. Este modelo deveria prever três elementos fundamentais que garantissem os fundamentos empíricos da explicação almejada: a definição da mesma base empírica de dados em termos de fontes e indicadores; a elaboração de um quadro de análise comum dos indicadores que considerasse a multidimensionalidade da análise; e a construção dos procedimentos técnico-metodológicos. Os dados usados foram os extraídos dos censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Esses dados foram convertidos em indicadores das várias dimensões da organização social do território e das dinâmicas de evolução neste período considerado.

O quadro de análise construído implicou em considerar três conjuntos de variáveis. O primeiro, de natureza contextual, pensado para capturar as dimensões que particularizam a realidade de cada metrópole. São elas as que se especificam o processo histórico de formação social, econômica e política de cada metrópole na urbanização-metropolização brasileira. Por outro lado, as que decorrem da inserção de cada metrópole na rede urbana e no processo de metropolização. O segundo conjunto de variáveis são as que buscam identificar os padrões e as dinâmicas de organização social do território de cada metrópole. Nesse conjunto, a estrutura social operacionalizada pelas categorias sócio-ocupacionais mencionadas anteriormente é a variável nuclear da nossa análise. Essa escolha decorre da adoção da hipótese da centralidade do trabalho na constituição da realidade urbana. Isto significa dizer que a organização social do território da metrópole é analisada como a expressão espacial da estrutura social. Como suplementares à estrutura

social, foram utilizados indicadores relativos às dimensões demográficas, de família, habitação, transportes e mobilidade e dos padrões de governança urbana. O terceiro conjunto de indicadores expressa as desigualdades sociais em termos do acesso às condições urbanas de reprodução social¹⁰ e à estrutura de oportunidades relacionadas à educação e ao trabalho¹¹. O fluxograma mostrado a seguir expressa, de maneira sintética, o modelo empírico de análise e seus encadeamentos lógicos de causalidades.

Fluxograma do Modelo Empírico de Análise



Notações:



O modelo empírico de análise compartilhado se completa com adoção de um conjunto de procedimentos técnico-metodológicos que designamos como análise social do território. Essa análise implica em quatro momentos. O primeiro corresponde à descrição dos padrões de organização social do território na qual empregamos como

¹⁰ Foi constituído um indicador composto de bem-estar urbano com base no Censo Demográfico com as seguintes dimensões: mobilidade urbana; condições ambientais urbanas; condições habitacionais; acesso aos serviços de saneamento ambiental; acesso à infraestrutura urbana. Ver <http://observatoriodasmetroles.net/ibeu/>

¹¹ O tema da estrutura de oportunidades foi operacionalizado a partir do Katzman (1999). O tema da relação entre organização social do território e desigualdades educacionais foi operacionalizado neste projeto a partir de Ribeiro e Katzman (2008) e, Koslinski, Ribeiro, Alves e Lasmar (2010)

ferramenta central a técnica de construção de tipologia socioespacial¹². Usamos, para tanto, as categorias sócio-ocupacionais como *proxy* da estrutura social que nos permite identificar os princípios de divisão hierárquica do território metropolitano, traduzida na constituição de diferentes áreas homogêneas. O quadro mostrado a seguir apresenta as categorias sócio-ocupacionais construídas.

Quadro 1
Categorias Sócio-Ocupacionais

Agregados Sócio-Ocupacionais	Código	Categorias Sócio-Ocupacionais
Dirigentes	CAT 21	Grandes Empregadores
	CAT 22	Dirigentes do Setor Público
	CAT 23	Dirigentes do Setor Privado
Profissionais de Nível Superior	CAT 41	Profissionais Autônomos de Nível Superior
	CAT 42	Profissionais Estatuários de Nível Superior
	CAT 43	Profissionais Empregados de Nível Superior
	CAT 44	Professores de Nível Superior
Pequenos Empregadores	CAT 31	Pequenos Empregadores
Ocupações Médias	CAT 32	Artistas e similares
	CAT 51	Ocupações de Supervisão
	CAT 52	Ocupações de Escritório
	CAT 53	Ocupações Técnicas
	CAT 54	Ocupações da Saúde e Educação
	CAT 55	Ocupações da Justiça, Segurança Pública e Correios
Trabalhadores do Terciário Especializado	CAT 61	Trabalhadores do Comércio
	CAT 62	Prestadores de Serviços Especializados
Trabalhadores do Secundário	CAT 71	Trabalhadores da Indústria Moderna
	CAT 72	Trabalhadores da Indústria Tradicional
	CAT 73	Trabalhadores dos Serviços Auxiliares
	CAT 74	Operários da Construção Civil
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	CAT 63	Prestadores de Serviços Não Especializados
	CAT 81	Ambulantes e Biscateiros
	CAT 82	Trabalhadores Domésticos

¹² Para elaboração da tipologia socioespacial são utilizados dois procedimentos: análise de correspondência e análise de *clusters*, que são técnicas correspondentes à análise multivariada. A análise de correspondência diz respeito a um tipo de análise fatorial normalmente aplicada a dados contínuos ou a dados discretos. Esse tipo de análise difere da análise por componente principal – que o procedimento mais comum – pelo fato de este ser aplicado a dados contínuos. A análise de *cluster* é complementar à análise de correspondência, na aplicação da tipologia socioespacial da Rede Observatório das Metrôpoles, por contribuir para definição dos agrupamentos territoriais formados, tendo em vista os critérios utilizados a partir da análise de correspondência.

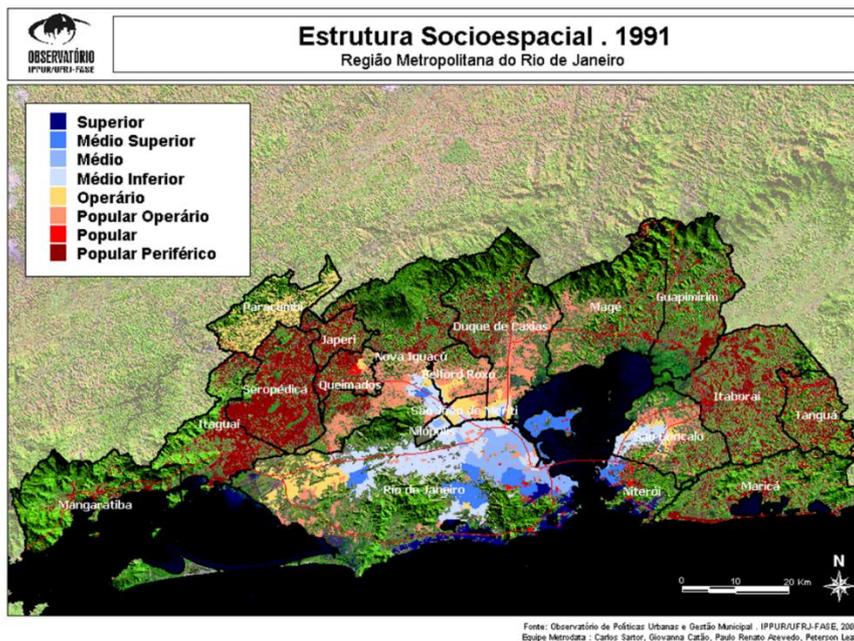
Quadro 1 **Categorias Sócio-Ocupacionais**

Trabalhadores Agrícolas	CAT 10	Agricultores
-------------------------	--------	--------------

Em seguida, buscamos interpretar mais amplamente a dinâmica de organização social do território associando os indicadores relativos às outras variáveis que consideramos como complementar à estrutura social: família – composição, tamanho e ciclo; demografia – fecundidade, taxa de crescimento, migração, mobilidade residencial; estrutura etária, etc.; habitação – mercado imobiliário e as formas de provisão da moradia; transportes urbanos – preço, organização do setor, distribuição espacial da oferta e da demanda, padrões de mobilidade urbana, etc.; governança urbana – coalisões urbanas locais; padrões de políticas públicas; relações entre níveis de governamentais; modalidades de exercício da cidadania, etc. O terceiro momento corresponde à interpretação das tendências à transformação ao longo do período considerado, comparando as tipologias e as leituras das dinâmicas vigentes em cada decênio. O quarto e último momento é avaliar as conexões da estruturação e da dinâmica de organização social do território com os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais nas duas dimensões escolhidas: acesso às condições de consumo coletivo que conceituamos como bem-estar urbano e à estrutura de oportunidades distribuídas pelo mercado de trabalho e pela política de educação do ensino fundamental.

Apresentamos, a seguir, o exemplo da tipologia da metrópole do Rio de Janeiro para o ano de 1991 e um esquema que resume o encadeamento analítico empregado no que designamos como organização social do território.

Mapa 3 **Estrutura Socioespacial – Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1991**



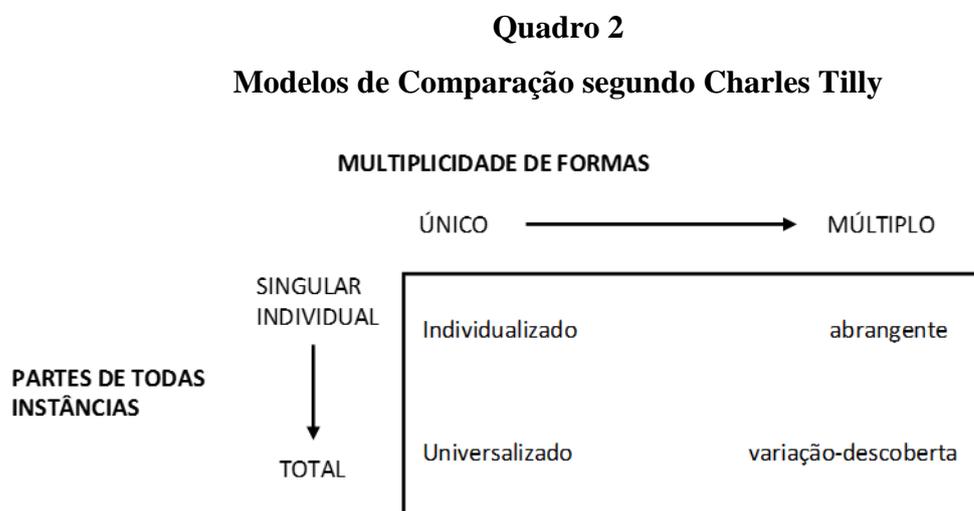
V. A construção de uma estratégia teórico-metodológica

Como anunciamos no início desta comunicação, a nossa intenção é expor a experiência de análise comparativa para propor alguns pontos de reflexão sobre a importância dos estudos comparativos e, sobretudo, sobre a necessidade da adoção de uma metodologia reflexiva. Posteriormente, apresentaremos a nossa tentativa de enfrentar o desafio central dos estudos urbanos comparativos, que é o de como transformar os resultados da análise empírica em insumos para a teorização, cuja qual buscou transformar a noção de organização social do território no conceito de ordem urbana.

Há hoje na literatura a reflexão sobre os tipos de estratégias comparativas – ou modelo metodológicos - experimentadas em estudos, seus respectivos valores heurísticos relacionados aos objetos e problemáticas teóricas bem como às condições da pesquisa. Alimenta esta reflexão os experimentos de pesquisa sobre as transformações urbanas geradas pela globalização, tomando cidades localizadas em contextos nacionais distintos. Os tipos de estratégias derivam do famoso trabalho teórico de Charles Tilly (1984), apresentada em seu livro “Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons”. O autor parte do princípio que a escolha do modelo adequado depende dos objetivos que a pesquisa pretende alcançar. A tipificação de modelos que elabora tem objetivo de iluminar estratégias de pesquisa que buscam conhecer particularidades históricas de um fenômeno considerado como universal e construído teoricamente. Os tipos são os

seguintes: Individualizados (*individualizing comparisons*), universalizado (*universalizing comparisons*), abrangentes (*encompassing comparisons*) e comparação variação-descoberta (*variation-finding comparisons*).

O quadro abaixo expressa as diferenças entre os modelos.



Os dois primeiros modelos são apropriados para investigações realizadas em países considerados como sociedades coerentes e/ou autônomas, mas que se transformam em função da globalização econômica. As comparações individualizantes teriam como objetivo contrastar casos específicos de *global city* iluminando as peculiaridades de cada caso. Já as comparações universalizadas consideram todas as instâncias da *global city* e buscam entender a ação de cada uma delas em casos singulares de cidades que se transformaram em cidades globais. O objetivo é saber se todas as instâncias seguem essencialmente a mesma regra teoricamente formulada. Os dois outros tipos são adequados para pesquisas que pretendem comparar as transformações de cidades que se articulam em redes próprias. Já as comparações abrangentes, por sua vez, implicam na escolha pelo pesquisador de diferentes instâncias da globalização em várias cidades que integram o mesmo sistema histórico em explicar as suas características em função das diferentes relações que possuem com o processo de globalização. Por fim, a variação-descoberta tem como objetivo estabelecer um princípio de variação no caráter e intensidade de um fenômeno através do exame de diferenças sistemáticas entre instâncias. Nesse caso, cada variação expressa a relação de causalidade resultante da combinação da ação de instâncias que atuam na escala global com as que incidem na escala local, o que

significa dizer que a história de cada cidade importa. Segundo Brenner (2011), podemos identificar os exemplos de trabalhos comparativos sobre o tema globalização das cidades.

Quadro 3
Modelos Comparativos

MODELOS	DESCRIÇÃO	ESTRATÉGIA	CAUSALIDADE	EXEMPLOS
INDIVIDUALIZADO	Tem como objetivo contrastar casos específicos de um dado fenômeno como um meio de apreender as peculiaridades de cada caso.	Estudos de caso nem sempre comparativos ou construção de teoria	Histórico e específico	Keil Roger, em <i>Los Angeles</i> (1999); Keil Lieser Roger e Pedro, <i>"Frankfurt: a política da cidade global-local"</i> (1992); Mollenkopf e Manuel Castells, eds, <i>Dual City: nova reestruturação York</i> (1992); Edward Soja, <i>"A reestruturação econômica e a internalização de Los Angeles"</i> (1989); Estudos de casos por Graham Todd (em Toronto) e Ramón Grosfoguel (em Miami) em P. Taylor Knox e P., <i>Mundo Cidades do sistema-mundo</i> (1995); Anthony King, <i>Cidades Globais: Pós-O imperialismo e a Internacionalização de Londres</i> (1991).

<p>UNIVERSALIZADO</p>	<p>Comparação entre <u>todas as instâncias</u> de um dado fenômeno para saber se seguem essencialment e a mesma regra de mudança</p>	<p>Muito similar ou muito diferente</p>	<p>Histórico e específico</p>	<p>Edward Soja, <i>O estímulo de um pouco confusão: uma comparação contemporânea de Amesterdão e Los Angeles</i> (1992); Fainstein Susan, <i>A Construção da Cidade</i> (1994).</p>
<p>ABRANGENTE</p>	<p>Comparação de <u>instâncias escolhidas</u> de um dado fenômeno para saber se seguem essencialment e a mesma regra de mudança.</p>	<p>Envolvimento em processos sistêmicos comuns; muitas vezes o pressuposto da convergência como base de comparação</p>	<p>Busca de uma regra geral (universal)</p>	<p>John Friedmann, <i>"A cidade do mundo hipótese"</i> (1986); Richard C. Hill e Feagin Joe, <i>"Detroit e Houston: duas cidades perspectiva global"</i> (1989); Saskia Sassen, <i>A Cidade Global: Nova York, Londres, Tóquio</i> (1991); Anthony King, <i>Urbanismo, Colonialismo e a Economia Mundial</i> (1991).</p>
<p>VARIAÇÃO-DESCOBERTA.</p>	<p>O objetivo é estabelecer um princípio de variação no caráter e intensidade de um fenômeno através do exame das <u>diferenças sistemáticas entre os papéis entre as instâncias.</u></p>	<p>Muito similar: explica as variações dentro de contextos na base das variáveis mantidas constantes ou em mudança</p>	<p>Universal, mas com processos de incorporação potencialmente diferenciados e impacto do sistema.</p>	<p>Marcuse e Peter van Kempen Ronald, <i>Globalizando Cidades: Uma Nova Ordem Espacial</i> (2000); Janet Abu-Lughod, <i>Nova Iorque, Chicago, Los Angeles</i> (1999).</p>

Fonte: Brenner, N. (2001); Robson, J. (2011)

Apesar da nossa experiência de pesquisa ter sido realizada na escala nacional, portanto, pressupondo uma unidade entre os casos de metrópoles analisados, acreditamos

que utilizamos uma estratégia próxima à identificada como variação-descoberta. Por um lado, em razão das significativas diferenças regionais assinaladas anteriormente, temos casos suficientemente distintos que justificam examinar de maneira comparativa o caráter e a intensidade das possíveis mudanças na organização social dos territórios para descobrir qual das instâncias escolhidas atuam na constituição das dinâmicas locais de transformação urbana. Por um lado, na medida em que assumimos a hipótese segundo a qual os 14 casos examinados de um sistema unificado - a rede urbana brasileira – e submetidos à mesma dinâmica de transformação que opera na escala macro.

A utilização do modelo variação-descoberta implica necessariamente na adoção de uma teoria e a formulação de hipóteses que fundamentam a qualificação das transformações urbanas e guiam as análises comparativas que buscam explicações de causalidade baseadas na análise da incidência das instâncias escolhidas. Ao invés de tomarmos como referência a teoria baseada nos efeitos da globalização econômica – que, como dissemos, elimina a possibilidade de captura do da dimensão histórica na explicação das transformações urbanas – adotamos o conceito de padrão de desenvolvimento capitalista muito presente na literatura brasileira. Por ele entendemos como Filgueiras (2012) enquanto um conceito contendo “um conteúdo e sentido muito precisos; é definido como um conjunto de atributos – econômicos, sociais e políticos - que estrutura, organiza e delimita a dinâmica do processo de acumulação de capital, e as relações econômico-sociais a ele subjacentes, existentes em determinado Estado (espaço) nacional durante certo período histórico. O primeiro atributo definidor de um padrão de desenvolvimento capitalista, que precede todos os demais, porque ao mesmo tempo os expressam e os delimitam, é a configuração do chamado bloco no poder num determinado período histórico". (Filgueiras, 2011: 8) "Os demais principais atributos definidores de um padrão de desenvolvimento, e que estão intimamente associados ao bloco no poder, são os seguintes: a natureza e o tipo de regulação da relação capital-trabalho; a natureza das relações intercapitalistas; o modo como o Estado se articula com o processo de acumulação; o processo de incorporação do progresso técnico, a capacidade endógena de geração de inovações e a existência, ou não, de uma política industrial e tecnológica; o modo de financiamento da acumulação, que diz respeito à importância de instituições financeiras públicas e/ou privadas e/ou do financiamento externo; a estrutura de propriedade e distribuição de renda e da riqueza, bem como o conteúdo das políticas sociais; natureza da inserção internacional do país; as formas de organização e representação política das distintas classes e frações de classes." (Filgueiras, 2011: 9/10)

Partimos da seguinte pergunta: quais os impactos nas metrópoles das mudanças ocorridas no Brasil nos últimos 30 anos? Podemos identificar sinais de transformações na ordem urbana? Como conceituar este período para pensar as transformações urbanas?

Compreendemos o período 1980- 2010 como décadas nas quais sucederam três marcantes ciclos históricos. O primeiro, correspondente aos anos 1980, é considerado como a década perdida pelo baixo crescimento econômico, aumento das desigualdades sociais, do desemprego e subemprego, da pobreza urbana, da explosão da criminalidade violenta – enfim, da crise social resultante do esgotamento do modelo de industrialização. Mas, ao mesmo tempo, foi o momento de redemocratização, com a retomada dos movimentos sindicais e sociais e dos governos estaduais e municipais populistas, assim como da elaboração da constituição de 1988, marco institucional da construção de contrato social fundado em princípios e instrumentos de um regime de bem-estar social. Em 1991, inicia-se um novo período marcado pelas políticas que buscavam a estabilização monetária, pela economia nacional voltada à competição global e, sobretudo, pelo “experimento neoliberal” introduzido na segunda metade dos anos 1990. A estabilização da moeda é alcançada, gerando significativos efeitos positivos na estrutura das desigualdades da renda pessoal, ao mesmo tempo em que a reestruturação produtiva das empresas e do setor público via privatização, aliada às sucessivas crises cambiais, produz impactos negativos no mercado de trabalho. O terceiro período tem como marco a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, embora tome forma a partir de 2005 quando várias iniciativas do governo vão constituindo um “experimento neodesenvolvimentista”, viabilizado pela retomada do crescimento econômico mundial e alavancado pela expansão da industrialização da China. A combinação de políticas sociais com o crescimento da renda e do emprego criou um dinamismo de crescimento econômico com distribuição da renda, expansão do crédito e da incorporação ao mercado de bens de consumo duráveis de amplas camadas populares historicamente deste excluídas. O setor público se expande e o Estado retoma o seu papel de provedor de bens essenciais, como a habitação social.

Tendo esses cenários históricos como referência, pareceu-nos pertinente indagar se no período de 1980-2010 encontramos sinais de uma inflexão urbana nas metrópoles brasileiras. A pertinência dessa pergunta funda-se na compreensão de que as características da metropolização brasileira decorreram das condições econômicas, sociais e políticas que presidiram a nossa industrialização acelerada a partir da segunda

metade dos anos 1950, sob a hegemonia do capitalismo monopolista, vale dizer, do complexo industrial-financeiro. A metropolização gerada pela expansão industrial sob a hegemonia monopolista também se expressou pela constituição de ordem urbana condizente com a forte concentração do poder econômico, social, político e cultural das classes possuidoras da renda, da riqueza e das oportunidades e o vasto e heterogêneo mundo do trabalho constituído pela mobilização da força de trabalho realizada mediante intensiva migração campo-cidade. Nas duas principais cidades - Rio de Janeiro e São Paulo -, até 1970 os fluxos migratórios atingiram 23 milhões de pessoas, como mostra a Tabela 1. Portanto, a urbanização acelerada foi o mecanismo central da constituição do exército industrial de reserva do qual se originam os traços fundamentais do capitalismo industrial brasileiro.

Tabela 1
Estimativas da Migração Rural-Urbana Líquida - Brasil 1940/2000

Migrantes	1940-1950¹	1950-1960¹	1960-1970²	1970-1980²	1980-1990³	1990-2000³
Migração líquida (em milhões)	3.0	7.0	13.6	17.4	9.2	9.5
Migrantes rural-urbanos como % da pop. Rural no início da década.	10%	21%	35%	42%	24%	27%

Fonte: Calculado com base nos dados dos diversos Censos Demográficos do IBGE, citado de Martine e McGranahan (2010, p. 16). Notas dos autores: ¹Martine (1987, p. 60-61); ²Carvalho e Garcia (2002), tabelas, 92, 185, 284; ³Rodriguez e Busso (2009, p. 120).

Esse seria o fundamento histórico do crescimento urbano que se organiza semelhantemente à lógica da expansão das fronteiras das relações capitalistas. Em suma, a mobilização da força de trabalho via urbanização implicou na constituição de uma dinâmica de organização social do território fundada na lógica da criação, destruição e recriação de sucessivas fronteiras internas de reprodução social do vasto exército industrial de reserva. Esse seria o fundamento histórico do crescimento urbano que se organiza à semelhança da lógica da expansão das fronteiras das relações capitalistas. Com efeito, a dinâmica de ocupação do território metropolitano reproduziu na cidade os mecanismos da fronteira analisados por J. Fiori (1995) e M. C. Tavares (1999) como instrumento de gestão da conflitualidade social do capitalismo industrial periférico que se constituiu no Brasil, cuja marca principal foi a combinação de autoritarismo e *laissez-faire* na regulação das relações sociais. A intensidade e a velocidade do processo de

mobilização da força de trabalho, via migração das massas rurais, geraram a precoce metropolização das duas maiores cidades do país e constituíram um urbano precário e improvisado, como são todos os espaços de fronteira. É por essa razão que podemos explicar a aparente contradição do capitalismo industrial brasileiro ao concentrar a propriedade privada da terra no campo e difundi-la na cidade por meio de mecanismos que combinaram preços e reciprocidade/redistribuição materializados pelos laços sociais. Em suma, a mobilização da força de trabalho via urbanização implicou na constituição de uma dinâmica de organização social do território fundada na lógica da criação, destruição e recriação de sucessivas fronteiras internas de reprodução social do vasto exército industrial de reserva.

Mas, por outro lado, a ordem urbana que presidiu a metropolização também resultou do papel exercido pela acumulação urbana na viabilização da constituição de um bloco de poder fundado na aliança entre Estado, capital nacional e empresas internacionais, fato político conceituado como “sagrada aliança” por C. Lessa e S. Dain (1984). Para os autores, o Estado teria sido o fiel da aliança, garantindo duas cláusulas: a primeira, reservando aos capitais nacionais certos circuitos de acumulação não industriais como reserva; a segunda, estabelecendo formas de garantir uma partição horizontal da massa de lucros entre as duas órbitas, nivelando a rentabilidade. Os circuitos de valorização organizados pelos capitais imobiliário, empreiteiro de obras públicas, concessionários de serviços urbanos e pela propriedade da terra integraram a órbita protegida, fazendo constituir o segmento urbano da acumulação de capital, fato que está na base da histórica hipertrofia do papel da especulação na dinâmica da organização social do território em nossas metrópoles.

A metropolização gerada pelo padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro constitui uma dinâmica plural de organização social do território: **a auto segregação das classes superiores** na forma da sua forte concentração nos espaços mais valorizados, a **periferização** das classes populares e a invasão de áreas do núcleo metropolitano e de sua periferia imediata por parte dessas camadas, processo conhecido no senso comum de “**favelização**”. Tais dinâmicas resultam de formas distintas de produção do espaço metropolitano marcadas por relações sociais diferentes e por distintas práticas de produção da moradia e de apropriação da cidade. A primeira é resultante da lógica do mercado capitalista comandada pela incorporação imobiliária sempre associada, direta ou indiretamente, a outros circuitos da acumulação urbana; a segunda, da articulação de um mix de produção por encomenda, produção e mercado; e a invasão, essencialmente, da

lógica da reciprocidade. Do ponto de vista morfológico, essa maneira de interpretar a dinâmica socioterritorial da metrópole brasileira nos levou a identificar um padrão de segregação residencial mais complexo do que o esperado pela hipótese da causação circular cumulativa, pois alicerçado em dupla gramática escalar: na microescala, com a proximidade territorial e a distância social entre as classes sociais, evidenciadas pela presença das favelas nas áreas de concentração do poder econômico e político e, na macro escala, com a concentração das camadas populares nas sucessivas periferias formadas a partir do núcleo metropolitano.

Os padrões de organização social do território das metrópoles expressam como em cada caso estas formas de combinam e se articulam como resultado de dos regimes locais de gestão dos conflitos urbanos em torno da apropriação da cidade. Mas, além desta dimensão política, assumem também importantes papéis as distintas dinâmicas demográficas, familiares, de mobilidade urbana e o grau de mercantilização da produção da moradia. Ou seja, na identificação e explicação dos padrões de organização social do território das metrópoles tem grande relevância o exame de como a macro lógica decorrente do padrão de desenvolvimento capitalista nacional se articula com o que poderíamos chamar genericamente da economia política da urbanização.

VI. Conclusão: da organização social do território à ordem urbana

O outro ponto foi a busca em transformar os resultados empíricos em hipóteses mais teóricas e interpretativas sobre as transformações urbanas ao longo do período de 1980-2010 e que pudessem servir de base para a comparação com os casos¹³. Na direção deste

¹³ Inspirou-nos o seminal texto de Quijano (1978) sobre o caráter multidimensional do fenômeno urbano no contexto histórico das sociedades dependentes em razão dos efeitos da heterogeneidade estrutural e do frágil nível de diferenciação social. Vale a pena a longa transcrição abaixo do texto de Anibal Quijano: “O processo atual de urbanização na América Latina consiste na expansão e modificação dos setores urbanos já existentes na sociedade em consequência das quais as relações urbano-rurais dentro dela tendem a se alterar, consolidando e estimulando mudanças correspondentes nos próprios setores rurais. Essas tendências não produzem somente na ordem ecológico-demográfica, mas em cada uma das várias ordens institucionais em que a estrutura social da sociedade pode ser analisada, isto é, econômica, ecológico-demográfica, social, cultural e política. Em síntese, trata-se de um fenômeno multidimensional que é uma das expressões máximas do processo social geral de mudança das nossas sociedades. As diversas ordens institucionais básicas, discerníveis analiticamente na sociedade, mantêm estreita relação de interdependência entre si e com a sociedade global, mas, ao mesmo tempo, conservam uma relativa autonomia de existência e mudança. Quer dizer, os processos de mudança que afetam a estrutura total da sociedade e que, portanto, atravessam cada uma das suas ordens institucionais, podem realizar-se em níveis distintos e com características próprias em cada ordem, dependendo do modo e das circunstâncias concretas em que se efetua a necessária interdependência entre as ordens e entre estas e a sociedade global. Sob este ponto de vista, faz sentido afirmar que o processo geral de urbanização da sociedade na América Latina tem necessariamente ser estudado como um processo conjunto que, como tal, é condicionado pela situação histórica da sociedade global de cada país e no conjunto destes na região, mas recortado em

esforço, a nossa tarefa foi recompor a compreensão da totalidade do que chamamos de ordem urbana das metrópoles através das seguintes orientações analíticas.

- a) Entender a organização social do território como resultado de vários processos de processos socioespaciais de diferenciação, segmentação e segregação residencial e suas conexões com a reprodução das relações sociais de dominação entre as classes (HARVEY, 2011).
- b) Entender como a organização social do território se articula com as três principais formas de integração econômica, segundo a formulação de Polanyi (2000) e, posteriormente trabalhado por Esping-Andersen (1995; 2000) em sua tipologia de regime de bem-estar. O ponto de partida é a compreensão da ordem urbana resultado de três esferas da sociedade: o mercado, o Estado e a família/comunidade, cuja combinação faz surgir em cada sociedade distintos regimes de bem-estar que cumprem papel de gestão dos riscos de crise da reprodução das relações sociais. Segundo esse autor, podemos identificar na história do capitalismo três regimes de bem-estar social, segundo a dimensão da matriz sociocultural que prevalece em cada sociedade: a) a gestão da força de trabalho como mercadoria; b) a produção da integração social; e c) a igualdade como utopia desmercantilizadora. O primeiro, considerado como residual, tem como fundamento a autossuficiência individual – workfare –, fazendo com que o seu dilema atual seja o de como converter as massas trabalhadoras expulsas do mercado de trabalho industrial em um novo proletariado de serviços. No regime

dimensões específicas cujas articulações mútuas devem ser estabelecidas sistematicamente ao mesmo tempo em que devem os seus desníveis e características próprias.

Dito de outro modo, se o que se busca não é estudar somente alguma de suas manifestações mais concretas, mas também como e por que ocorre o processo conjunto [de urbanização] e qual o seu significado no processo geral de mudança das nossas sociedades, ele não pode ser reduzido a nenhuma das suas dimensões em separado, nem tampouco a fenômenos que se desenvolvem dentro do setor estritamente urbano, desmembrado das suas relações de interdependência com o rural. Enfim, o conjunto não pode ser entendido fora do marco histórico que condiciona a situação da sociedade global.

Quanto a todos este assunto, a investigação da urbanização da sociedade na América Latina, em geral, ainda tropeça em duas dificuldades importantes. De um lado, ainda que se reconheça o caráter multidimensional do processo, não está clara a maneira como se articulam as várias dimensões possíveis entre si e com a sociedade global, e a dificuldade costuma fazer com que se privilegie a dimensão ecológico-demográfica, sem dúvida porque é a presença mais positiva. De outro lado, investiga-se o fenômeno como se ocorresse em sociedades isoladas ou autônomas, apesar das sociedades latino-americanas serem constitutivamente dependentes e, conseqüentemente, sua legalidade histórica ser dependente. Ou, em outras palavras, a racionalidade dos seus processos históricos de mudança não pode ser estabelecida à margem da dependência”. QUIJANO, Aníbal. Dependência, Mudança Social e Urbanização na América Latina, In Lopes, Fernando – (Org.) A Questão Urbana na América Latina. Textos, Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1978. pp. 11/12

chamado de corporativo, surgido nos países da Europa, a crise do estado de bem-estar social se coloca como a impossibilidade de satisfazer as necessidades inerentes às promessas de integração social. A questão social subjacente à crise desse regime de bem-estar é construída em torno do dilema de como devolver ao Estado sua capacidade de agente integrador da sociedade. Por último, o regime universalista - ou escandinavo - foi centrado na busca da igualdade como finalidade do estado de bem-estar social e, como consequência, a questão social é formulada em torno do debate a respeito dos graus possíveis de manutenção dessa igualdade.

- c) A partir destes pressupostos e tomando como referência as particularidades históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, assumimos que o urbano entre nós expressa o regime de bem-estar social dual forjado ao longo da fase do desenvolvimento das relações capitalistas, conhecida na literatura como substituição de importação, regime esse fundado na combinação das livres forças de mercado e na mobilização das estruturas familiar-comunitárias. Com efeito, na condição de capitalismo periférico ocorreu um processo inacabado de mercantilização da força de trabalho, ao mesmo tempo em que as forças desencadeadas pelo capital des-ruralizaram o país, criando uma vasta massa urbana marginal constituída por segmentos de trabalhadores assalariados de maneira precária, contas-próprias, trabalhadores sem remuneração e desempregados, ou mesmo alijados das relações mercantis. Esta particularidade do nosso capitalismo fez com que a reprodução social nunca se colocasse como custo da acumulação do capital. Consequentemente, a reprodução social esteve historicamente fundada na combinação entre mercado-família/comunidade. Como consequência, foi transferida às famílias e às comunidades a função de gestão dos riscos da reprodução social. Em resumo, a via do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, apesar da modernização cultural, da industrialização e da urbanização, se realizou pela constituição de um regime de bem-estar social que, na tipologia proposta por Esping-Andersen, pode ser identificado como próximo à variante “familístico-mercantil”, embora para alguns segmentos profissionalizados e sindicalizados tenha sido instituído um corporativo welfare state.

É importante assinalar que a eficácia deste modelo se fundou, antes de tudo, na manutenção de um regime político caracterizado fortemente por governos

autoritários e ditatoriais que permitiram a instauração de um processo controlado de incorporação das massas urbanas ao sistema político e aos benefícios do crescimento econômico acelerado. Santos (1979), ao cunhar a expressão de “cidadania regulada”, ofereceu uma chave teórica para a compreensão deste processo. Por "cidadania regulada" entende-se uma forma parcial e incompleta de cidadania que privilegia alguns segmentos ocupacionais em detrimento do conjunto das classes subalternas, na medida em que exclui do padrão de proteção social as demais categorias de trabalhadores urbanos (não regulamentadas pelo Estado Novo), os trabalhadores informais, os autônomos, os trabalhadores rurais, os trabalhadores domésticos e os desempregados e indigentes. Ao mesmo tempo, no plano dos valores organizadores do sentido coletivamente compartilhado das interações sociais, o nosso regime “familístico-mercantil” de bem-estar social fundou-se também na matriz sociocultural que legitimou a ordem social, ao mesmo tempo competitiva e estamental, como bem demonstrou Florestan Fernandes.

- d) Esses processos diferenciação, segmentação e segregação residencial têm como matriz a divisão social do trabalho, mas se efetiva pelo uso da cidade como força produtiva (efeito da aglomeração) na produção e circulação do valor (portanto, na acumulação do capital) e pela produção capitalista do espaço construído. Desse ponto de vista, a ordem urbana resulta da combinação dessas duas dinâmicas: espaço construído como base da acumulação do capital e o espaço construído como objeto da acumulação do capital, cada uma dessas dinâmicas constituindo os circuitos primário e secundário de reprodução do capital, respectivamente (HARVEY, 2008; 2011; LEFEBVRE, 1974). O circuito secundário tem como marca distintiva a produção do espaço construído para consumo produtivo e para o consumo final, na medida em que a reprodução social também depende do uso da cidade. Os circuitos primário e secundário de acumulação presentes na cidade são sustentados e legitimados politicamente por coalisões de interesses representados por classes e frações de classes organizadas politicamente na de governos urbanos.
- e) Entender como a organização social do território reproduz e legitima a estrutura social por efeitos de dualização e fragmentação.
- f) A dualização decorre dos efeitos da concentração territorial das classes proprietárias do capital em suas várias dimensões (econômico, cultural e político)

em espaços delimitados, na medida em que aumenta sua coesão social e a sua capacidade de agenciar os recursos de toda ordem que circulam na estrutura social através do espaço.

- g) A coesão social das classes proprietárias não decorre de um efeito de contágio, mas de práticas sociais que poderíamos designar como segregação do poder que se transforma em poder de segregação (RIBEIRO, 2000; MALERBA, 2005). Tal poder se expressa na capacidade das classes proprietárias em controlar os territórios caracterizados pela concentração dos recursos urbanos escassos, materiais e imateriais. Também pelo exercício do poder de classificação do mundo pelo qual o grupo com poder social impõe uma representação do mundo social segundo a hierarquia nele contido, através das várias formas de exercício do poder simbólico. As realidades urbanas são assinaladas por um vocabulário forjado do senso comum, ou no senso erudito, que podem ser compreendidas como metonímias do sistema classificatório legitimado pelo poder simbólico. Expressões usuais em ou outro campo de práticas não apenas expressam nos jogos de linguagem as representações das divisões e hierarquias da cidade, mas também contribuem a constituir essas realidades sociais na medida em que descrevem, classificam, julgam e prescrevem no modo em que são vividas como legítimas. O poder social das classes proprietárias tem enorme importância nesse jogo de legitimação.
- h) O poder de segregação é realizado e exercido na forma de constantes lutas sociais em torno da apropriação do espaço urbano enquanto espaço social reificado, como nos propôs Bourdieu (2008). Tais lutas se organizam em torno da acumulação de poder como ganhos de localização no espaço social reificadas por variadas formas de exercício do poder de segregação, como as relacionados pela: a) renda de situação, quando decorrentes da apropriação de bens urbanos materiais e simbólicos escassos e ganhos de posição; b) renda de posição ou de classe propiciados por um endereço distintivo e prestigioso; c) renda de ocupação, quando se traduz no poder de controlar espaços físicos de maneira excludente e autoexcludente em relação às outras classes.
- i) A coesão social das classes proprietárias tem como contrapartida a fragmentação das classes populares pelos efeitos combinados da sua desposseção de capital e por sua concentração territorial em vários territórios delimitados, combinada a uma variedade de processos de produção do espaço (e da moradia), isto é, invasão,

irregularidade, ilegalidade, mercados ad hoc, etc., concorrendo para a fragmentação das classes sem capital em mundos populares.

- j) A fragmentação das classes dominadas tem como base a organização social do território e se expressa em distintas áreas urbanas que exprimem diferentes meios sociais (bairros, comunidades) nos quais ocorrem as interações sociais entre os indivíduos neles alocados e entre eles e as instituições sociais. São nesses meios sociais onde os indivíduos realizam suas experiências urbanas coaguladoras de valores, expectativas, hábitos de consumo, etc., ou seja, em sua market capacity (HARVEY, 1989), ou onde são submetidos aos efeitos do lugar (BOURDIEU, 1993) que reproduzem e consolidam o habitus do lugar.
- k) Portanto, a fragmentação do espaço em homogêneas concentrações territoriais de população conformando diferentes meios sociais não apenas reproduz as desigualdades de condições e de posições sociais, mas também fragmenta a consciência de classe (e impede a constituição de conflito social), bloqueando a transformação da ordem urbana e própria dominação de classes. Por exemplo, a constituição de meios sociais com base na concentração de pessoas que têm proximidade na estrutura social tende a gerar uma identidade socioterritorial ao invés de uma consciência de classe.

Referências

BORDIEU, P. **The field of cultural production: essays on art and literature.** New York: Columbia University Press, 1993.

BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp, 2008.

BOURDIEU, P. **La misère du monde.** Paris: Seuil, 1993.

BRENNER, N. World City Theory, Globalization and the Comparative-Historical Method. Reflections on Janet Abu-Lughod's Interpretation of Contemporary Urban Restructuring. **Urban Affairs Review**, setembro 2001.

De MATTOS, C.; LUDEÑA, W.; FUENTES, L. (editores). **Lima-Santiago: reestructuración y cambio metropolitano.** Colección Estudios Urbanos. Santiago: UC, 2011.

ESPING-ANDERSEN, G. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales.** Barcelona: Editora Ariel, 2000.

- ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do Welfare State na nona ordem mundial. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, n. 35, 1995.
- FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.29, p. 98-119, 1991.
- FILGUEIRAS, L A Natureza do Atual Padrão de Desenvolvimento Brasileiro e o Processo de Desindustrialização. Programa de Bolsas de Pesquisa. Centro Celso Furtado. BNB. 2012.
- FIORI, J. L. **O Voo da Coruja: Uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1995.
- HARVEY, D. **Social Justice and the City**. Baltimore, MA: John Hopkins, 1973.
- HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **The Urban Experience**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Ed anthropos, 1974.
- KATZMAN, R. **Activos y Estructura de Oportunidades. Estudios sobre raíces de la vulnerabilidade social em Uruguay**. Montevideo. PNUD/CEPAL. 1999.
- LESSA, C.; DAIN, S. “Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento”. In: BELUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise**. Campinas, SP: Unicamp-IE, 1984. v. 1. p. 214-228.
- LOJKINE, J. **Le marxismes l'état et la question urbaine**. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.
- MALERBA, J. **Segregação do Poder, Poder de Segregação. Democracia, desigualdade e participação na dinâmica de acumulação urbana na metrópole do Rio de Janeiro**. 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.
- MARTINE, George; McGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, Rosana (org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: Nepo / Brasília: UNFPA, 2010.
- MINGIONE, E. **Fragmented societies: a Sociology of Work Beyond the Market Paradigm**. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- PEREIRA, P. C. X. (org.); HIDALGO, R.; LENCIONI, S. *et al.* **Negócios imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidades da América Latina**. São Paulo: FAUUSP, 2011. 368 p.

PEREIRA, P. C. X.; LENCIONI, S.; HILDAGO, R. **Transformações sócio-territoriais das grandes áreas metropolitanas**: Buenos Aires, São Paulo e Santiago. São Paulo: FAU-USP, 2011

POLANYI, K. **A grande transformação**: As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTES, A. “La urbanización de América Latina en los años de crisis”. In: LOMBARDI, M.; VEIGA, D. (organizadores). **Las ciudades en conflicto: una perspectiva latinoamericana**. Montevideo, Uruguay: Banda Oriental, 1989.

PORTES, A.; ROBERTS, B. “La ciudad bajo el libre mercado. La urbanización en América Latina durante los años del experimento neoliberal”. In: PORTES, A.; ROBERTS, B.; GRIMSON, A. **Ciudades latinoamericanas: un análisis comparativo en el umbral del nuevo siglo**. Buenos Aires, Argentina: Prometeo Libros, 2005.

RIBEIRO, L. C. Q. “Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro”. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan/ Observatório das Metrópoles, 2000. pp. 63-98.

RIBEIRO, L.C.Q.; RIBEIRO, M. G. Metropolização e as estruturas produtivas: convergências e divergências espaço-temporais. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 12, n. 24, pp. 331-347, jul./dez. 2010.

_____. **Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

KOSLINSKI, M., RIBEIRO, L.C. Q., ALVES, F. E LASMAR, C. **Desigualdades urbanas e Desigualdades Escolares**. Rio de Janeiro. Letra Capital., 2010.

ROBINSON, J. Cities in a World of Cities: The Comparative Gesture. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 35, n.1, pp. 1-23, Jan. 2011.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça: política social na ordem política brasileira**, Rio de Janeiro. Editora Campos, 1979.

TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TOLOSA, H. C. The Rio/São Paulo extended metropolitan region: a quest for global integration. **Paper presented at the Conference on “The impact of Globalization on Urban Development”**. Bellagio, Italy, August. 2002.

TILLY, C. Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons”. Nova Iorque, Russel Sage Foundation, 1984.

TOPALOV, C. **La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis**. México: Edicol, 1979.

URANI, A. **A megalópole brasileira**. Rio de Janeiro: IETS, 2007.

VELTZ, P. **Des lieux et des liens**. Politiques du territoire à l’heure de la mondialisation. Paris: Editions de l’Aube, 2002.

VELTZ, P. **Mondialization. Villes et territoires. L'économie d'archipel.** Paris: Presses Universitaires de France, 1996.